SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

Jornal do Judiciário

www.sintrajud.org.br

FENAJUFE
CSP Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

Sexta-feira, 3 de fevereiro de 2012 | JJ 442 | 13.000 exemplares | **Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP** *| Tel.: (11) 3222.5833*

34° CONSELHO DE BASE: dia 11 de fevereiro retomamos a luta contra o congelamento salarial

Aberto a toda categoria, evento definirá calendário de luta. Às 17h tem assembleia estadual.

Por Caê Batista

A retomada da luta contra o congelamento salarial começa no dia 11 de fevereiro, no 34° Conselho de Base. Aberto a todos os trabalhadores do Judiciário, o evento terá como pauta a preparação do calendário de mobilização contra a política do governo Dilma de manter congelados os salários da categoria.

O 34° Conselho de Base será no auditório do Sintrajud, na rua Antonio de Godoy, 88, 15° andar. Ele começa 9h. Às 17h tem assembleia estadual que definirá o calendário de mobilização e a retomada da luta. Leia os editais na página 02.

Esse Conselho de Base tem um "quê" especial por ser o primeiro do ano e contar com a participação dos novos Diretores de Base, eleitos em 2011. Será a partir dele que a categoria definirá as diretrizes para uma luta, que promete ser longa.

Em 2011, o governo Dilma bateu recordes de arrecadação. Segundo divulgado pela Receita Federal em 27 de janeiro o total recolhido em 2011 chega a R$ 993,66 bilhões. Um crescimento de 10,10% na arrecadação de tributos em relação ao ano anterior, já descontada a inflação do período.

Mas esse crescimento na arrecadação não representa melhoras nas condições de vida dos trabalhadores públicos. Ao contrário, nessas primeiras semanas, o governo federal não mudou o tom do discurso: para o funcionalismo, o reajuste é zero!

Em outras palavras, se não houver uma forte mobilização, envolvendo os diversos setores do funcionalismo, não só o congelamento em vigor permanecerá, como os projetos de leis que atacam vários direitos da categoria serão aprovados.

ASSEMBLEIAS SETORIAIS

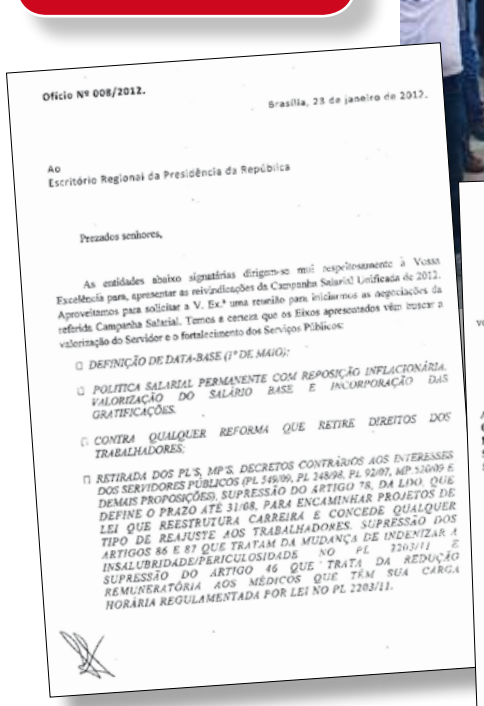
Pedro Lessa: segunda-feira, dia 06 de fevereiro, 13h, no auditório

Fórum das Execuções Fiscais: Quarta-feira, dia 08 de fevereiro, 15h, no auditório

Jesus Carlos



25.10.2011 - assembleia no TRF-3 fortalece a greve pelo PCS.



Ofício Nº 008/2012.

Brasília, 23 de janeiro de 2012.

Ao
Escritório Regional da Presidência da República

Prezados senhores,

As entidades abaixo signatárias dirigem-se mui respeitosamente à Vossa Excelência para, apresentar as reivindicações da Campanha Salarial Unificada de 2012. Aproveitamos para solicitar a V. Ex.ª uma reunião para iniciarmos as negociações da referida Campanha Salarial. Temos a certeza que os Eixos apresentados vêm buscar a valorização do Servidor e o fortalecimento dos Serviços Públicos:

- ☐ DEFINIÇÃO DE DATA-BASE (1º DE MAIO);
- ☐ POLITICA SALARIAL PERMANENTE COM REPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA, VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO BASE E INCORPORAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES.
- ☐ CONTRA QUALQUER REFORMA QUE RETIRE DIREITOS DOS TRABALHADORES;
- ☐ RETIRADA DOS PL'S, MP'S, DECRETOS CONTRÁRIOS AOS INTERESSES DOS SERVIDORES PÚBLICOS (PL 549/09, PL 248/98, PL 92/07, MP 520/09 E DEMAIS PROPOSIÇÕES), SUPRESSÃO DO ARTIGO 78, DA LDO, QUE DEFINE O PRAZO ATÉ 31/08, PARA ENCAMINHAR PROJETOS DE LEI QUE REESTRUTURA CARREIRA E CONCEDE QUALQUER TIPO DE REAJUSTE AOS TRABALHADORES. SUPRESSÃO DOS ARTIGOS 86 E 87 QUE TRATAM DA MUDANÇA DE INDENIZAR A INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE NO PL 2203/11. E SUPRESSÃO DO ARTIGO 46 QUE TRATA DA REDUÇÃO REMUNERATÓRIA AOS MÉDICOS QUE TEM SUA CARGA HORÁRIA REGULAMENTADA POR LEI NO PL 2203/11.

- ☐ CUMPRIMENTO POR PARTE DO GOVERNO DOS ACORDOS E PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADOS;
- ☐ PARIDADE ENTRE ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS;

Considerando certa sua resposta no prazo mais breve possível, nos despedimos com votos de respeito e consideração.

Atenciosamente.

ASSIBGE-SN, ANDES-SN, ANFFA, ASFOC, CONDSEF, CNTSS, CONFELEGIS, CUT, CTB, CSP-CONLUTAS, FASUBRA, FENALE, FENALEGIS, FENASPS, FENAJUFE, FENASTC, MOSAP, PROIFES, SINAL, SINAIT, SINTBACEN, SINASEFE, SINDLEGIS, SINDIFISCO NACIONAL, SINDRECEITA, SINASEMPU E UNACOM.

Pelas Entidades:

Gabinete Regional da Presidência da República - SP

Valcir Araújo



22.12.2011 - Em Brasília, até o último dia, trabalhadores pressionam parlamentares pela aprovação do PCS.

Por exemplo, a ambição de Dilma em aprovar o PL 1992/07 (que ataca o direito à aposentadoria de todos os trabalhadores do serviço público, não só daqueles que ainda irão ingressar nele) é tamanha, que ela segurou todos os concursos e nomeações de novos trabalhadores até a aprovação deste projeto.

Por isso, é urgente que todos participem do Conselho de Base. Para que desde o começo deste ano a mobilização seja retomada. E um dos desafios que já está colocado é a construção de um calendário de mobilização unificado com os demais setores do funcionalismo público. *(ler mais ao lado)*.

Para que os eventos ocorram com empenho e organização, solicitamos aos interessados a confirmação de presença até o dia 09 de fevereiro de 2011 (quinta-feira), às 15h, pelo telefone: (11) 3222-5833, na secretaria e/ou por e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br. Desta forma, poderemos garantir a infra-estrutura necessária.

Unir todos os trabalhadores públicos contra o congelamento salarial

Para vencer a política de reajuste zero é preciso que todos estejam unidos

Nos últimos anos, o governo federal tem conseguido dividir os trabalhadores públicos, estabelecendo negociações setoriais. Essa prática do governo serve para dividir os diferentes setores e manter o congelamento salarial.

Em 2010 e 2011 isso ficou evidente, pois apesar da série de greves que aconteceram em todo país, nenhuma conseguiu vencer a política de reajuste zero implementada pelos governos Dilma e Lula.

A diretoria executiva da Fenajufe, em sua primeira reunião do ano, definiu que a entidade vai participar do calendário de mobilização definido pelo conjunto do funcionalismo. Maiores detalhes em http://migre.me/7M2d5.

Este calendário prevê uma jornada de mobilização entre 12 e 16 de março, e o início de uma greve conjunta para o começo de abril.

No dia 23 de janeiro, foi protocolado junto aos Três Poderes uma pauta de reivindicação que tem como carro chefe o estabelecimento da data-base para o conjunto do funcionalismo. *Veja a pauta acima.*

Gastos com salários de trabalhadores públicos caem em relação ao PIB

Este ano, a despesa da União com os trabalhadores do serviço público, ativos e aposentados, será a menor dos últimos 17 anos em relação ao Produto Interno Bruto.

A informação foi divulgada pelo jornal Valor Econômico de quinta-feira, dia 02 de fevereiro.



A previsão do governo é que os gastos com os trabalhadores fiquem em 4,13% do PIB. Em 2011 foram 4,34%, ano em que houve uma contração de quase 1% em relação a 2010. Desde que o Tesouro Nacional começou a medir esse gasto, há 17 anos, nunca a proporção foi tão pequena.

Analisando a proporção dos gastos com o funcionalismo em relação ao PIB, verifica-se que há uma tendência de diminuição na fatia destinada aos trabalhadores públicos. Em 2009, gastou-se com o funcionalismo 4,68% do PIB, em 2010, 4,42%; 2011, 4,34%; 2012, 4,13%.

Para alguns analistas, neste ano, a redução dos gastos com o funcionalismo em relação ao PIB servirá para compensar parte do aumento do salário mínimo nos benefícios previdenciários.

A estimativa é que o reajuste do mínimo tenha um impacto de 0,5% do PIB, enquanto a contenção de gastos com o funcionalismo "economize" para o governo 0,2%.

Não é para menos que a equipe econômica do governo e os detentores dos títulos da dívida pública brasileira comemorem a não aprovação do PL 6613/09.

Desde que o Tesouro Nacional começou a medir esse gasto, há 17 anos, nunca a proporção foi tão pequena.

Idéias

Um espaço para a livre expressão de opinião.

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Revendo Conceitos...

Fábio Kyoshi Sakata*

Antes de mais nada, quero dar os parabéns aos grevistas de todo o Brasil pela grande disposição de luta, e, em especial, aos nossos bravos colegas da JT que, mesmo com o corte de ponto, seguiram no movimento.

Com o fim dessa última greve de 84 dias, cabe-nos refletir sobre o porquê de não termos conseguido a aprovação do PCS-4.

E, em minha opinião, além da omissão do STF, os fura-greves e os assediadores foram os grandes responsáveis pelo desfecho que tivemos em nosso embate contra o governo. Lembremo-nos que, embora a adesão no TRF-3 e na JF não tenha sido baixa, tampouco foi grande o suficiente para forçar, por exemplo, a suspensão dos prazos judiciais (como aconteceu em 2010), ou seja, faltou um maior engajamento (problema, aliás, nacional).

Quanto aos fura-greves (faço a justa exceção aos que realmente tiveram de permanecer em serviço) não vou tecer mais comentários, exceto a famosa frase, ouvida várias vezes, do estilo: "O PCS virá de qualquer jeito".

Agora, se ter fura-greve é péssimo, o que dizer dos assediadores?

E, infelizmente, já saiu da boca de determinados chefes frases como: "Eu pessoalmente sou contra a greve, acho chato, só serve para atrapalhar o serviço". Mas, pessoalmente, não são contra o reajuste, certo? Atrapalhar o serviço? Sem comentários, já que a greve é justamente o não trabalho. Que disparates!

O que os assediadores esquecem é que estamos todos no MESMÍSSIMO barco, e que ao sabotar a luta de todos, sabotam a si próprios; dão um tiro nos próprios pés e não se dão conta disso. Ademais, não custa lembrar que CJ/FC não vai para a aposentadoria, logo, se os detentores desses cargos julgam não ser conveniente aderir à greve, impedir que outros colegas seus vão à luta (por toda a categoria, incluindo as chefias) não é uma decisão sensata.

Há muitos mais problemas quanto à greve para serem debatidos, mas deixo aqui essa reflexão: PCS não cai do céu e chefia não é magistratura, já passou da hora de muitos começarem a rever os seus conceitos!

** Trabalhador do Tribunal Regional Federal da Terceira Região*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA 34ª REUNIÃO DO CONSELHO DE BASE DO SINTRAJUD/SP.

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores gerais, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade (conforme parágrafo 1º do artigo 25), faz saber que fará realizar a **34ª REUNIÃO DO CONSELHO DE BASE DO SINTRAJUD, no dia 11 de fevereiro do ano corrente, a partir das 9 horas, em primeira convocação – no auditório do SINTRAJUD, situado a Rua Antonio de Godoy, nº 88, 15ª andar, Centro, São Paulo/SP.**

PAUTA:
1. Informes:
2. Campanha Salarial
   • Calendário de mobilização;
3. Assembléia Geral Extraordinária;
4. E, outros assuntos de interesse da categoria

Para que os eventos ocorram com empenho e organização, solicitamos aos interessados a confirmação de presença até o dia 09 de fevereiro de 2011 (quinta-feira), às 15h, no telefone: (11) 3222-5833, na secretaria e/ou por e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br desta forma, podemos garantir a infra-estrutura necessária do evento.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2012.

Adilson Rodrigues Santos
Coordenador Geral

Inês Leal de Castro
Coordenadora Geral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINTRAJUD/SP.

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por suas coordenadoras, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade, faz saber que fará realizar a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 11 de fevereiro do ano corrente, a partir das 17h, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, trinta minutos após, em qualquer número. A assembleia será realizada no auditório desta entidade, situado a Rua Antonio de Godoy, nº 88, 15ª andar, Centro, São Paulo/SP**

PAUTA:
1. Informes:
2. Campanha Salarial
   • Calendário de mobilização;
3. Resultado da comissão de apuração das denúncias feitas pela servidora Iara Tamie Corregliano;
4. E, outros assuntos de interesse da categoria

São Paulo, 03 de fevereiro de 2012.

Adilson Rodrigues Santos
Coordenador Geral

Inês Leal de Castro
Coordenadora Geral

SINTRAJUD Jornal do Judiciário FENAJUFE CSP Conlutas
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira, José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica SIlva, Maurício Rezzani, Tarcisio Ferreira.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - E-mail: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Proost de Souza, 35 - Santos/SP - Cep: 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - E-mail: sintrajudsantos@uol.com.br
Subsede Barra Funda: Telefones: (11) 3392-3728 / 3525-9672 / E-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br

Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Juliana Silva | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Diego Plenamente | **Tiragem:** 13.000 exemplares

Forma de compensação da greve começa a ser debatida na Justiça Trabalhista

Sintrajud defende compensação por serviço represado por ser mais racional e eficiente; além de não penalizar aqueles que lutaram contra o congelamento salarial

Por Caê Batista

Na segunda-feira, dia 30, diretores do Sintrajud se reuniram com o diretor geral do TRT-2, Luis Alberto Daguano, e com a diretora de pessoal, Deniza Mota. Em pauta: as formas de compensação da greve do ano passado.

De acordo com os diretores do sindicato, inicialmente, os representantes do tribunal insistiram na compensação hora a hora, tendo como prazo limite o mês de agosto.

Os dirigentes sindicais argumentaram que a compensação por serviço é muito mais eficiente em todos os aspectos.

O primeiro deles é que a compensação por serviço é mais racional do que a hora a hora, uma vez que nesta, não há nenhuma garantia de que o serviço será colocado em dia.

Além disso, a compensação por serviço não penaliza o trabalhador que exerceu seu direito Constitucional de fazer greve.

Para a diretoria do Sintrajud, a compensação hora a hora é uma forma de retaliação aos grevistas.

Vale lembrar que as paralisações dos últimos anos aconteceram porque os salários estão congelados há seis anos. Sem contar que se a data-base fosse respeitada, certamente as greves seriam menos frequentes.

Os sindicalistas solicitaram uma reunião diretamente com o presidente do TRT-2, desembargador Nelson Nazar, para tratar do tema. É importante dizer que no final do ano passado houve um acordo entre a categoria e o TRT-2, mediado pelo CNJ, em que haveria negociação para definir a forma de compensação dos dias paralisados.

O diretor geral e a diretora de pessoal se comprometeram em levar a reivindicação da categoria ao presidente do tribunal.

Plano de trabalho

No caso de o TRT-2 aceitar a compensação por serviço represado, os diretores do Sintrajud sugeriram formar uma comissão para estabelecer um plano de trabalho, com o objetivo de verificar a eficiência da medida.

Como a forma de compensação dos dias paralisados começou a ser negociada nesta semana, o Sintrajud orienta a todos os trabalhadores e diretores de secretarias que aguardem o fim dessa negociação para que haja uma solução conjunta para essa situação.

Estiveram na reunião, representado o Sintrajud, os diretores Leica Silva, Inês Castro e Tarcísio Ferreira, além do advogado César Lignelli.

Kit Gaion



No saguão do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, na terça-feira, dia 31, primeira assembleia setorial do ano indica unidade dos trabalhadores do Judiciário com os demais setores do funcionalismo.

Termos do acordo firmado entre o TRT-2 e os trabalhadores da JT, mediado pelo CNJ

"Após debates e exposições de teses, dificuldades e propostas de soluções de lado-a-lado, convencionou-se o estabelecimento de uma proposta que será levada pelo sindicato aos demais integrantes de sua categoria, para os procedimentos regulares de apreciação, consubstanciada nos seguintes termos:

a) suspensão do movimento grevista (com a manutenção do "Estado de Greve" ou outra circunstância a critério dos próprios servidores);

b) Pagamento integral dos salários para os servidores que aderiram ao movimento grevista nos termos legais, inclusive com a devolução do percentual já descontado sob o mesmo título no mês de novembro de 2011;

c) Compensação dos dias de greve durante o período do recesso, especificamente nos dias 20, 21, 22, 72, 28 e 29 de dezembro de 2011 e nos dias 03, 04, 05 e 06 de janeiro de 2012;

d) Na hipótese de não cumprimento da compensação nos dias indicados (ou parte deles para os servidores cuja participação na greve tenha sido em número de dias inferior ao dos previstos para compensação), a administração do TRT/SP, pelas chefias imediatas, poderá estabelecer o desconto dos respectivos dias ou nova forma de compensação;

e) Para os servidores que tenham participado de mais de dez (10) dias de greve, a compensação ou o desconto parcelado será objeto de negociação específica pelas partes, ou por eventual negociação a nível nacional ou, ainda, por decisão jurídica no curso do processo respectivo perante o CNJ ou outro eventual órgão competente;

O Sindicato autor levará a proposta para avaliação da categoria, cabendo a ele comunicar ao Conselheiro relator presente processo, por petição nos autos, o resultado da assembléia, ainda no dia 16 de dezembro de 2011. A proposta, como ofertada pelo conselheiro presidente desta audiência, obtém a aprovação da administração do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, com a qual registra a sua concordância, desde que comunicado de sua aceitação pela categoria até o dia 16 de dezembro de 2011".

Na Justiça Trabalhista, chuvas alagam secretarias na capital e Grande São Paulo

Como acontece com certa frequência nas instalações do TRT-2, as chuvas dos últimos dias causaram estragos nas secretarias 87 e 90, no fórum Ruy Barbosa, na capital.

Por Caê Batista

Como acontece com certa frequência nas instalações do TRT-2, as chuvas dos últimos dias causaram estragos nas secretarias 87 e 90, no fórum Ruy Barbosa, na capital.

Segundo relatos de trabalhadores do fórum, a calha não aguentou a quantidade de água e transbordou para dentro da secretaria: "E não foi goteira não. Foi uma enxurrada", descreveu um trabalhador do prédio.

Na vara 90, além da chuva ter danificado vários processos, dois computadores acabaram inutilizados e o carpete ficou com um odor muito forte, "de cachorro molhado".

A inundação causada pela chuva ali foi tamanha que infiltrou a vara 87. Devido a precariedade das secretarias, a presidência do TRT-2 suspendeu os prazos de ambas secretarias por dois dias, 23 e 24.

Em Barueri, na Grande São Paulo, uma das três varas também sofreu com as chuvas. "Só não foi pior porque os servidores foram lá e tiraram os processos", conta Romeu Meireles, que trabalha ali.

Essas situações, que infelizmente se repetem, demonstram o descaso da administração do TRT-2 com as condições de trabalho e com a qualidade do serviço prestado: "se houvesse uma preocupação maior, a postura seria completamente diferente", diz Romeu se referindo à falta de investimentos nas condições de trabalho.

Orçamento não liquidado do Poder Judiciário pagaria 25% do PCS, mostra estudo

Levantamento do Departamento Econômico do Sintrajud mostra que Investimento foi o Grupo de Despesa com menor liquidação, 16,85%

Por Caê Batista

Do total de recursos do Poder Judiciário, o montante não liquidado em 2011 poderia pagar 25% do PCS neste ano. É o que revela um estudo do Departamento Econômico do Sintrajud, publicado na terça-feira, dia 31 de janeiro.

Elaborado pelo coordenador do Departamento, o economista Washington Moura Lima, o levantamento demonstra que dos R$ 28,07 bilhões autorizados para todo o Judiciário, foram liquidados R$ 26,21 bilhões, o que representa 93,36% da dotação inicial.

"Assim, dos gastos realizados durante o ano de 2011, havia um saldo a liquidar de R$ 1,86 bilhão, ou 6,64% de todo o orçamento", afirma Washington.

Para o economista, esse montante é muito expressivo, pois "seria suficiente para cobrir 25,21% do custo integral do PCS-4, que é de R$ 7,39 bilhões".

O estudo ainda mostra que esse saldo cobriria com folga o pagamento de duas parcelas de 15% do PCS em 2012, cujo valor é estimado em R$ 1,70 bilhão.

"Obviamente que tanto a cúpula do Poder Judiciário quanto a do Executivo têm conhecimento dessa situação, uma vez que no âmbito do orçamento geral da União, as sobras orçamentárias são imensas, conforme já demonstramos em inúmeros estudos do Departamento", destaca Washington.

O economista lembra que esse saldo ainda poderia ser executado durante o mês de janeiro, ou liquidando os valores, ou colocando-os em restos a pagar. "Neste caso, o montante poderia ser executado até o final do ano", explica.

De acordo com o estudo, no orçamento global do Poder Judiciário, o Grupo de Natureza de Despesa (GND) que menos teve recursos executados em 2011 foi o de Investimento, com a liquidação de apenas 16,85%. No GND de Inversões Financeiras houve um saldo de 63,78% do orçamento autorizado.

Entre os tribunais, "o Conselho Nacional de Justiça foi o que menos executou seu orçamento até 31 de dezembro, com apenas 47,16% liquidados, ou seja, menos da metade, com saldo de 52,83%", demonstra Washington.

Em sua opinião, esses saldos não deveriam existir, principalmente diante das dificuldades de aprovação de aportes orçamentários e das incontáveis demandas existentes dentro dos tribunais. Ele destaca as necessárias melhorias nas condições de trabalho e de investimentos nos benefícios sociais, principalmente na área de saúde, além do pagamento de passivos aos trabalhadores.

Em São José, PSDB coloca os desalojados do Pinheirinho em "campo de concentração"

Audiência Pública recebe relatos de desrespeito aos Direitos Humanos. Denuncias serão encaminhadas à OEA

Fotos: Kit Gaion

Por Caê Batista

A Prefeitura de São José dos Campos e o governo do Estado de São Paulo formaram um verdadeiro campo de concentração para os desalojados do Pinheirinho.

Esse foi o tom das denúncias apresentadas por moradores, parlamentares, Promotores do Ministério Público, membros da OAB, lideranças do movimento na audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), na quarta-feira, dia 01 de fevereiro.

Proposta pelos deputados estaduais Carlos Gianazzi (Psol), Simão Pedro e Adriano Diogo (PT), a audiência aconteceu no auditório Franco Montoro, que ficou completamente lotado. Cerca de 230 pessoas participaram do evento.

Também participaram da sessão os promotores Eduardo Dias de Souza e Mario Augusto Vicente Malaquias; o membro da comissão de Direitos Humanos da OAB, Lucio França; Ivan Seixas, do Condep (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos); e o defensor público Jairo Salvador de Souza; Zé Maria de Almeida, representando a CSP-Conlutas; Ana Luiza Figueiredo, do PSTU. A audiência também teve a presença do Deputado Federal Ivan Valente (Psol/ SP).

Os moradores descreveram que o prefeito de São José dos Campos, Eduardo Cury (PSDB), colocou os desalojados em um ginásio sem nenhuma condição de higiene. Crianças, muitas recém nascidas, idosos, mulheres e homens se amontoam em colchões e convivem com fezes de pombos e outros animais. "Muitos estão dormindo nos banheiros do ginásio", descreveu um morador.

Segundo a moradora Leila, a assistência social da prefeitura está desviando as doações. Assim, as famílias não conseguem ter acesso a produtos de limpeza, cobertores e mantimentos.



01.02.2012 Auditório da Alesp lotado: Somos todos Pinheirinho.

Quem está nos "abrigos" da prefeitura é identificado com uma pulseira azul. Caso saia do local, a pessoa perde o direito ao auxílio aluguel, no valor de R$ 500. Além disso, a PM e a Guarda Civil Municipal estão reprimindo todos que estejam com a pulseira fora do ginásio.

"Aquilo é uma coleira. Até um cachorro tem melhor tratamento do que a gente", disse emocionada Leila.

"São verdadeiros campos de concentração, que eles (a prefeitura) chamam de abrigo", definiu Ivan Seixas, representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (Condep), que esteve na audiência.

Na opinião do defensor público da cidade, Jairo Salvador de Souza, não há precedentes na história do Brasil que seja comparado ao que acontece em São José dos Campos. Segundo disse, no município há uma política "de extermínio da pobreza. É uma cidade que esconde, que elimina fisicamente a pobreza", afirmou.

"Um bando armado a serviço do Naji Nahas"

A ação de reintegração de posse foi completamente ilegal. "Uma ação no TRF impedia que para fazer a reintegração se utilizasse a Polícia Militar, a Guarda Civil Municipal. Essa ação nós ganhamos no TRF. Eles não poderiam ter usado a PM e a Guarda Civil", explicou Antonio Donizete Ferreira, um dos advogados dos sem-teto.



02.02.2012 -Ato em São José declara apoio nacional a Pinheirinho e repudia violência de Alckmin. Protesto reúne moradores e manifestantes de dezenas de cidades e até de outros estados.

"Naquele momento (da desocupação), todo pacto federativo se acabou. Alckmin, junto com o presidente do Tribunal (TJ-SP), com a sua força militar, resolveu enfrentar qualquer força que se opusesse. Naquele momento, cumprindo uma ordem que não poderia, a Polícia Militar deixou de ser uma força militar e passou a ser um bando armado a serviço do Naji Nahas", afirmou.

Ministério Público Estadual investiga ação em Pinheirinho

Representando o Ministério Público Estadual, o Promotor Eduardo Dias de Souza afirmou que toda a ação está sendo investigada pelo órgão, a fim de apurar as ilegalidades da ação e punir os responsáveis. Ele destacou que a demolição das casas está sendo feita de forma ilegal: "Não é automática a reintegração e a demolição das casas", disse.

"Dilma, exproprie a área!"

Uma das reivindicações apresentadas na audiência foi para que a presidente Dilma Rousseff desaproprie a área do Pinheirinho, e a entregue aos moradores. Falando pela Central Sindical e Popular – Conlutas, Zé Maria de Almeida afirmou: "Se ela não desapropriar, será cúmplice nessa barbárie".

Presidente do TJ e juíza da cidade serão denunciados ao CNJ

O flagrante desrespeito às decisões da Justiça Federal por parte do presidente do TJ-SP, Ivan Sartori, e da juíza Márcia Loureiro, de São José dos Campos, serão denunciadas ao Conselho Nacional de Justiça.

Todo áudio da Audiência Pública também será enviado à Organização dos Estados Americanos (OEA) denunciando o desrespeito aos Direitos Humanos que está sendo promovido pelo governo do Estado e pela Prefeitura de São José.

Segundo um dos advogados dos sem-teto, Aristeu Cesar Pinto Neto, a Prefeitura e o Estado também poderão ser processados por danos morais e materiais que causaram, não apenas aos moradores de Pinheirinho, mas também a toda população dos bairros próximos.